

Os Limites da Democracia

Rodrigo Fumes (org.)

Ivan Oliveira da Silva Rodrigo de Souza Corrêa,

Pedro Vicente Moura Lazarim

Estudantes de Graduação de Geografia do

Departamento de Artes e Humanidades - UFV

Resumo

Para pensarmos em Limites da Democracia devemos primeiramente levar em consideração a base do pensamento democrático de Aristóteles quando os poderes deliberativos, a jurisprudência e todas as decisões envolvendo a sociedade ali presente eram decididos pelos cidadãos (homens) da *polis* até a consolidação dela pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, na ótica crítica, observando atenciosamente se os direitos assim pregados por ela são mesmo respeitados e se ela não perde todo seu enfoque por estar tão atrelada à economia nos dias de hoje.

Palavras-Chave: Democracia, Totalitarismo, Ditadura, Socialismo.

OS LIMITES DA DEMOCRACIA

Para falarmos sobre democracia precisamos antes explicar o que seria democracia e seus diversos tipos, e assim chegar ao sentido que seus limites sociais implicam, e, nesse mesmo contexto demonstrar termos antagônicos à democracia ou até mesmo muito próximos de idéias, mas de ideais opostos (Absolutismo ou Ditadura, Totalitarismo, Comunismo, Socialismo e Social-democracia) para, enfim, abordar o tema sem uma visão errônea nos dias atuais.

1.0 DEMOCRACIA

As primeiras origens desta definição podem ser encontradas no trabalho de Aristóteles que distinguiu, no seu livro *Política*, seis formas de governo, seja, por poucos ou muitos, e se a administração era justa ou injusta. Ele chamou de *demokratia* (*demos*, povo; *kratos*, poder) um governo injusto governado por muitos, e de *politeia* um sistema justo governado por muitos, normalmente traduzido como *república* (do latim *res publica*, 'coisa pública'). A *demokratia* de Aristóteles chegou mais perto do que hoje podemos chamar democracia direta, e *politeia* se aproximou do que podemos chamar democracia representativa, embora a *demokratia* ainda tenha executivos eleitos.

As palavras "democracia" e "república" foram usadas de forma similar a Aristóteles por alguns dos fundadores dos Estados Unidos. Eles argumentavam que só uma democracia representativa (por si chamada 'república') poderia proteger o direito dos indivíduos; usavam a palavra 'democracia' para se referir à direita considerada tirânica. Nem a definição de Aristóteles, nem a dos primeiros administradores americanos são normalmente usadas atualmente -- a maioria dos cientistas políticos hoje (e ainda mais do que o povo em geral) usa o termo

"democracia" para se referir a um governo pelo povo, seja direto ou representativo. Diz-se "república" normalmente significando um sistema político onde um chefe de estado é eleito por um tempo limitado, oposto de uma monarquia constitucional.

1.1. Democracia Direta

Uma democracia direta é qualquer forma de organização na qual todos os cidadãos podem participar diretamente no processo de tomada de decisões. Neste tipo de democracia, os cidadãos jamais delegam os seus poderes de decisão. As decisões são tomadas em assembleias gerais. Se por acaso precisam de um representante, este só recebe os poderes que a assembleia quiser dar-lhe, os quais podem ser revogados a qualquer momento.

Assim, na democracia direta, o poder do representante se assemelha ao que é conferido por um mandato comercial, um exemplo claro de democracia direta são os plebiscitos e referendos. Apesar de muitos os considerarem como sinônimos, existe uma grande diferença: pode-se dizer que *plebiscito* é uma consulta ao povo **antes** de uma lei ser constituída, de modo a aprovar ou rejeitar as opções que lhe são propostas; o *referendo* é uma consulta ao povo **após** a lei ser constituída, em que o povo ratifica ou embarga a lei já aprovada pelo Estado.

1.1.1. Exemplos de Uso da Democracia Direta

Em empresas autogestionadas, em sindicatos anarco-sindicalistas, em movimentos sociais, como no movimento *anti-Poll tax* dos anos 1990 - 1991 no Reino Unido. A democracia direta foi tentada em diversas Revoluções Comunistas no intuito de suprimir formas mais autoritárias de organização social, e/ou evitar o surgimento destas. Como sistema político vigente na Suíça, desde 1890. As experiências oriundas do Brasil, mais especificamente a implantação em algumas cidades como Porto Alegre, Botucatu, Ribeirão Preto do Orçamento Participativo e hoje é aplicado a grandes centros como Belo Horizonte, em que a democracia direta conviveu com a representativa na deliberação sobre os recursos do fundo público.

Agora se citarmos em âmbito nacional o Brasil desde a promulgação da Constituição de 1988, o Brasil passou por apenas dois plebiscitos, em 21 de abril de 1993, no qual se decidiu o regime e o sistema de governo (monarquia, parlamentar ou república). Na ocasião, a maior parte do povo brasileiro optou por manter o regime republicano e o sistema presidencialista. E em 2005, houve no Brasil o Referendo sobre a proibição da comercialização de armas de fogo e munições.

1.1.2. Argumentos Contra a Democracia Direta

> **O poder é para os especialistas:** A maior objeção contra a democracia direta é de que o público em geral teria posições fracas demais para julgar ações apropriadas para o governo. O público não seria tão interessado ou informado como os representantes eleitos. A maioria da população teria apenas um conhecimento superficial dos acontecimentos políticos. Em um referendo, questões que costumam ser complexas e tem como alternativas de voto apenas um “sim” ou “não”, os votantes poderiam escolher políticas incoerentes: por exemplo, a maioria poderia votar a favor de uma severa redução de impostos, e depois essa mesma votaria a favor de um grande aumento de orçamento para a educação pública, sem a consciência dos problemas econômicos que isso acarretaria;

> **Complicado e caro:** Outro argumento muito utilizado pelos opositores da democracia direta seria o de que as decisões por referendo seriam lentas e muito caras;

> **O poder é para os poucos:** Acredita-se que a democracia direta funcione bem apenas em pequenas populações. Comunidades maiores seriam complexas demais para a democracia direta funcionar com eficiência. (Exemplo defendido por Aristóteles e Platão);

➤ **A maioria é burra:** Também se alega que a democracia direta pode causar a “ditadura da maioria”, ou seja, a maior parte da população poderia suprimir direitos de uma minoria. Por exemplo: um povo em que a maioria das pessoas é racista poderia decidir pelo extermínio de uma minoria racial. Para reduzir a

probabilidade disto acontecer alguns defendem a “democracia semidireta” em que algumas leis jamais poderiam ser mudadas para proteger a minoria de uma possível decisão tirana da maioria.

1.2. Democracia Indireta ou Representativa

Democracia representativa é o ato de um grupo ou pessoa ser eleito, normalmente por votação, para "representar" um povo ou uma população, isto é, para agir, falar e decidir em "nome do povo". Os "representantes do povo" se agrupam em instituições chamadas Parlamento ou Congresso. Hoje é o tipo de democracia mais vigente no mundo, conhecido também como República.

1.2.2. Argumentos Contra a Democracia Indireta

Além de corrupções em si, ou de logicamente seu representante não trabalhar por suas idéias ou estar vinculado a determinados grupos sem ética. Comunistas argumentam que democracias não são realmente democráticas, mas na verdade apenas uma ilusão criada pelas classes dominantes, que exercem o poder real. Na análise comunista, a classe trabalhadora nas democracias não tem um voto realmente livre, já que as classes dominantes controlam a mídia e o público em geral já foi doutrinado pela propaganda. De acordo com os comunistas, a democracia real somente é possível sob um sistema socialista.

Para ilustrar essa manipulação do povo pelas classes dominantes na hora de se tomar uma decisão importante, pode-se tomar o seguinte exemplo: em uma das primeiras decisões democráticas de que se tem notícia, Barrabás foi libertado, e Jesus crucificado. Outro exemplo, anterior a este, que poderia ser citado, é o Julgamento e a Condenação de Sócrates.

1.3. Democracia no Mundo

É difícil precisar o número de democracias atualmente. A linha que divide regimes democráticos dos regimes autocráticos é tênue. Muitos países (p.ex. Singapura) têm supostamente eleições livres, onde o partido do governo sempre

vence, normalmente acompanhado por alegações ou evidências de repressão a qualquer oposição ao governo. Nesses países parece haver as chamadas "democracias de um só partido" (se é que os termos democracia e monopartidarismo não são antagônicos). Mesmo existindo aproximadamente 165 democracias no mundo apenas doze países são a mais de 30 anos (EUA, França, Alemanha, África do Sul, Venezuela, Colômbia, México, Portugal, Itália, Irlanda, Suíça, Áustria).

2.0 ABSOLUTISMO

O Absolutismo é uma teoria política que defende que uma pessoa (em geral, um monarca) deve deter todo o poder. Esta idéia recebe freqüentemente a designação de "Direito Divino dos Reis", implicando que a autoridade do governante emana diretamente de Deus. Os teóricos de relevo associados ao absolutismo incluem Agostinho de Hipona, Paulo de Tarso, Jacques-Bénigne Bossuet, e Thomas Hobbes.

A essência do absolutismo implicava em conceder ao titular do poder um status acima de qualquer exame por parte de outro órgão fosse ele judicial, legislativo, religioso ou eleitoral. Ou seja, dar ao rei poder ilimitado independente de seu estado físico ou psicológico.

2.1. O Absolutismo na Europa

- Em Portugal, a burguesia ajudou D. João, o mestre de Avis, a conquistar o poder. A vitória da Revolução de Avis, em 1385, representou a vitória da classe mercantil, que iria patrocinar os descobrimentos marítimos, tendo como consequência o Pioneirismo Português na expansão marítima.
- A Espanha conheceu em 1469 a unificação política com o casamento da rainha Isabel de Castela com o rei Fernando de Aragão. Unificado, o reino espanhol reuniu forças para completar a expulsão dos mouros e, com a ajuda da burguesia, lançar-se às grandes navegações marítimas.
- Na França, o longo processo de centralização do poder monárquico atingiu seu



ponto culminante com o rei Luís XIV, conhecido como "Rei Sol": a ele atribui-se a frase "o Estado sou eu". Ao contrário de seus antecessores, recusou a figura de um "primeiro ministro", reduziu a influência dos parlamentos regionais e jamais convocou os Estados Gerais.

- Na Inglaterra, o absolutismo foi primeiramente exercido pelo Tudor Henrique VII, que apoiado pela burguesia, ampliou os poderes monárquicos, diminuindo os do parlamento. No reinado da Rainha Isabel I, o absolutismo monárquico foi fortalecido, tendo iniciado a expansão marítima inglesa, com a colonização da América do Norte. Contudo, após a Guerra Civil Inglesa, o Absolutismo feneceu na Inglaterra, com o rei gradualmente perdendo poderes em favor do Parlamento.

2.2. O Absolutismo e a Guerra

O Estado absolutista foi um processo importante para a modernização administrativa de certos países. No campo militar, embora tenha apresentado alguns pontos fracos, foi responsável por grandes transformações. A centralização administrativa praticamente extinguiu os exércitos mercenários, sem, no entanto dispensar o emprego de estrangeiros. Criou uma burocracia civil que muito ajudou à manutenção de forças armadas. Desenvolveu formas compulsórias de alistamento que serviriam de base para o serviço militar moderno. Regulamentando o alistamento, diminuiu velhos abusos. Financiou e abasteceu efetivos cada vez maiores. Permitiu, por fim, a construção de dezenas de fortificações modernas.

3.0 TOTALITARISMO

Totalitarismo é um regime político baseado na extensão do poder do Estado a todos os níveis e aspectos da sociedade ("Estado Total", "Estado Máximo"). Os regimes totalitários são violentamente opressores. Podem ser resultado da incorporação do Estado por um Partido (único e centralizador) ou da extensão natural

das instituições estatais. Geralmente, é um fenômeno que resulta de extremismos ideológicos e uma paralela desintegração da sociedade civil organizada. A distinção entre totalitarismo de direita (Nazismo) e de esquerda (Stalinismo) é insuficiente para compreender suas particularidades, funcionamento e aspirações enquanto regime político da modernidade.

O totalitarismo é um regime inserido na 'sociedade de massas', não existindo enquanto tal antes do século XX. São paradigmas na história os regimes totalitários de Adolf Hitler e Josef Stalin, respectivamente na Alemanha e na União Soviética, que pertencem a campos ideológicos antagônicos — extrema-direita e extrema-esquerda, respectivamente. As diferenças que guardam são muitas e dizem respeito aos seus fins. O totalitarismo de esquerda (Stalinismo) representa o controle do poder político por um representante imposto dos trabalhadores, mas pressupõe uma revolução de fato no regime de propriedades, coletivizando os bens de produção e as terras, enquanto o de direita (Nazismo) é essencialmente um artifício do grande capital para assegurar seus interesses de forma violenta. As semelhanças entre os regimes de Stalin ou de Hitler limitam-se aos métodos — por isso não se pode de forma alguma confundir os dois modelos: respectivamente, um coletiviza a propriedade, o outro a mantém para a classe burguesa. Por outro lado, as semelhanças que estes extremos reúnem entre si são justamente os aspectos definidores do regime totalitário.

Para determinados críticos, a aspiração destes regimes é de um domínio absoluto daqueles sob seu jugo, e, nas suas últimas conseqüências, ao domínio universal, sem a restrição imposta pela noção de Estado-nação (embora nem a União Soviética Stalinista nem a Alemanha Nazista, os dois principais exemplos de totalitarismo na história, tenham declarado este propósito). A máquina governamental, na visão de alguns autores, aparece como mero instrumento para fins desse domínio total e universal aspirados por movimentos totalitários.

3.1. A Propaganda Totalitária

Elemento de destaque constituiu a propaganda entre os movimentos totalitários do século XX. Aspirando ao domínio total da população em regimes pautados por teorias conspiratórias e uma realidade fictícia criada em meio a um desprezo pela realidade dos fatos, a propaganda totalitária foi essencial para, num primeiro momento, a conquista das massas e arrematar em torno de si uma enorme quantidade de simpatizantes. Já empossado da máquina governamental, o terror, ainda restrito na ascensão dos movimentos ao poder, assume sua forma mais acabada, e, com isso, constitui-se no melhor instrumento de propaganda: dão realidade às afirmações fictícias do regime. Como exemplo, Stalin, ao divulgar que acabara com o desemprego na URSS, uma inverdade de fato, extinguiu os programas de benefícios para desempregados; ao afirmarem, os nazistas, que poloneses não tinham intelecto, começaram o extermínio de intelectuais poloneses. Desta forma, o uso da violência é tido como parte da propaganda. E a primeira só vai substituir a segunda na medida em que a dominação vá se efetuando completamente. A propaganda é destinada aos elementos externos ao movimento, àqueles que ainda não se domina completamente, já o terror é perpetrado entre aqueles já dominados e que não mais oferecem resistência ao regime, alcançando sua perfeição nos campos de concentração onde a propaganda é totalmente substituída pela violência.

Foram também apontadas semelhanças entre a propaganda totalitária e a propaganda comercial de massa que se desenvolvia nos Estados Unidos naquele início de século utilizando argumentos cientificistas para suas afirmações, justificando a supremacia de suas próprias razões. Tal crença nos argumentos da ciência, iniciados com as descobertas da física do século XVI e XVII são importantes ainda que desfiguradas nos regimes totalitários. Inicialmente vista como solução dos problemas da humanidade, em termos utilitaristas, o cientificismo do totalitarismo é esvaziado deste conteúdo adquirindo feições proféticas e desprovido de um bom senso utilitário que apelava ao individualismo da sociedade capitalista. A sociedade massificada em que dominavam os regimes totalitários lidava com um indivíduo

atomizado que, para o espanto do mundo não-totalitário, perdia até mesmo seu instinto de autoconservação.

4.0 SOCIALISMO E COMUNISMO

No seu uso mais comum, o termo comunismo refere-se à obra e às idéias de Karl Marx e, posteriormente, a diversos outros teóricos, notavelmente Friedrich Engels, Rosa Luxemburgo, Vladimir Lenin, entre outros. Uma das principais obras fundadoras desta corrente política é *O Manifesto do Partido Comunista* de Marx e Engels, e a principal obra teórica é *O Capital* de Marx. As principais características do modelo de sociedade comunal proposto nas obras de Marx e Engels são: a inexistência das classes sociais; as necessidades de todas as pessoas supridas; a ausência do Estado.

Para chegar a tal estado, Marx propõe uma fase de transição, com a tomada do poder pelos proletários para abolir a propriedade privada dos meios de produção e a conseqüente orientação da economia de forma planejada com o objetivo de suprir todas as necessidades da sociedade e seus indivíduos. Marx entende que, com as necessidades supridas, deixam de existir as classes sociais e, portanto, não existe mais a necessidade do Estado.

Algumas vertentes do socialismo e do comunismo, identificadas como anarquistas, defendem a abolição imediata do Estado. Tornam-se mais visíveis as diferenças entre estes grupos quando se sabe que a primeira Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) terminou como resultado da cisão entre Marxistas (que acreditavam na necessidade de tomar o poder do Estado para realizar a revolução) e Bakuninistas (que acreditavam que não haveria revolução a menos que o Estado fosse abolido em simultâneo com o capitalismo).

A teoria que dá base à construção do comunismo tem como ponto de partida a análise feita por Marx da sociedade capitalista. Segundo ele, a propriedade privada dos meios de produção, característica fundamental do capitalismo, só existe com a

apropriação da mais-valia pela classe dominante, ou seja, a exploração do homem pelo homem é fundamental ao capitalismo. Marx acreditava que somente em uma sociedade sem classes sociais essa exploração não aconteceria. Considerava ainda, que, somente o proletariado[1] poderia, por uma luta política consciente e conseqüente de seu papel, derrubar o capitalismo, não para constituir um Estado para si, mas para acabar com as classes sociais e derrubar o Estado como instrumento político de existência das classes.

A palavra comunismo apareceu pela primeira vez na imprensa em 1827, quando Robert Owen se referiu a socialistas e comunistas. Segundo ele, estes consideravam o capital comum mais benéfico do que o capital privado. As palavras socialismo e comunismo foram usadas como sinônimos durante todo o século XIX. A definição do termo comunismo é dada após a Revolução russa, no início do século XX, pois Vladimir Lenin entendia que o termo socialismo já estava desgastado e deturpado. Por sua teoria, o comunismo só seria atingido depois de uma fase de transição pelo socialismo, onde haveria ainda uma hierarquia de governo.

5.0 SOCIAL-DEMOCRACIA (PÓS-MARXISMO)

A social-democracia (ou socialdemocracia) é uma ideologia que surgiu em fins do século XIX e início do século XX por partidários do marxismo que acreditavam que a transição para uma sociedade socialista poderia ocorrer sem revoluções, mas por meio de uma evolução democrática. A ideologia socialdemocrata prega uma gradual reforma legislativa do sistema capitalista a fim de torná-lo mais igualitário, geralmente tendo em meta uma sociedade socialista. A social-democracia tem suas raízes na idéia de Karl Marx que seria possível, em certos países, estabelecer o comunismo ou socialismo por uma revolução pacífica e democrática. Essa idéia também foi avançada por Friedrich Engels e principalmente por Karl Kautsky.

A Internacional Socialista definiu a socialdemocracia como forma ideal de

democracia representativa, que pode solucionar os problemas encontrados numa democracia liberal, enfatizando os seguintes princípios para construir um estado de bem estar social: Primeiro, a liberdade inclui não somente as liberdades individuais, entendendo-se por "liberdade" também o direito a não ser discriminado e de não ser submetido aos proprietários dos meios de produção e detentores de poder político abusivo. Segundo: deve haver igualdade e justiça social, não somente perante a lei, mas também em termos econômicos e sócio-culturais, o que permite oportunidades iguais para todos, incluindo aqueles que têm desigualdades físicas, sociais ou mentais. Finalmente, é fundamental que haja solidariedade e que seja desenvolvido um senso de compaixão para vítimas da injustiça e desigualdade.

5.1. Princípios da Social-Democracia

- O combate à miséria, sendo assegurados direitos como moradia, saúde e segurança básicas. Cabendo ao estado também criar condições favoráveis a oportunidade de emprego.
- O fortalecimento das instituições intergovernamentais, sem que, com isso, a soberania dos países seja ameaçada.
- Livre concorrência, desde que, no momento, seja proveitoso para as partes envolvidas.
- Limites e liberdade às organizações civis como Sindicatos, ONG's, Igrejas, Imprensa.
- As privatizações. Não causando monopólios e oligopólios e sem sacrificar setores estratégicos do estado.
- Desapropriação de terras na medida do necessário como garantia de sobrevivência.
- Intervenção na economia durante as crises, evitando grandes prejuízos ao país e a população.

6.0 EXEMPLO DE UM POSSÍVEL TOTALITARISMO ATUAL

6.1. Coréia do Norte

A República Popular Democrática da Coréia é uma ditadura socialista rigidamente centralizada, com o poder concentrado nas mãos de uma só pessoa, que fora Kim Il-Sung desde o final da década de 40 até a sua morte, em 1994, e que é agora seu filho, Kim Jong Il. Já foi chamada "a primeira monarquia comunista".

6.1.1. Política

Pela estrutura política, que centraliza o poder decisório de todos os setores da sociedade num só organismo - o Partido - pode-se bem afirmar que a Coréia do Norte é o último país stalinista do planeta, pois adota um sistema de governo muito similar àquele adotado na URSS durante a ditadura de Josef Stalin. Como tal promove repressões políticas aos opositores, prendendo-os, torturando-os, executando-os ou enviando-os aos campos de trabalho forçado, os chamados goulags (sendo esse um dos principais motivos a se repensar na idéia de um estado totalitário, lembrando que seus princípios são: baseado na extensão do poder do Estado a todos os níveis e aspectos da sociedade e violentamente opressores).

6.1.2. Política Externa

A nação permanece fechada para o mundo exterior. O governo norte-coreano, considerado por Bush como um dos governos que integram o Eixo do Mal, ignorando acordo internacional assinado em 1999 durante o governo Clinton, que previa a desativação de todas as pesquisas que pudessem produzir arsenal nuclear (como mísseis balísticos e bombas atômicas). Testou no dia 4 de Julho de 2006, 7 mísseis balísticos. O país afirmou ter o direito de testar tais mísseis, pois é um país soberano. O Conselho de Segurança das Nações Unidas adotou dia 15 de julho uma resolução impondo sanções à Coréia do Norte por seus testes de mísseis. Em 9 de Outubro de 2006, a Coréia do Norte realizou um teste subterrâneo de um artefato nuclear.

6.1.3. Economia

A economia norte-coreana é pobre e o trabalhador ganha em média apenas US\$ 900 por ano. Quase metade da força de trabalho atua na agricultura ou na pesca. A grande maioria da população é alfabetizada e tem acesso à educação. Apesar de alguma modernização, a fome ainda é um grande problema social. Observadores estimam que três milhões de norte-coreanos já morreram de inanição, embora os dados oficiais sejam muito inferiores, informando apenas 220 mil mortes.

6.1.4. Religião

Quase 70% da população não professa nenhuma religião. O restante segue crenças asiáticas como xamanismo, confucionismo ou budismo. A Coreia do Norte tem sido profundamente marcada por um "culto à personalidade" que elevou o falecido ditador Kim Il Sung à posição de um Deus. O governo utiliza severos controles para incutir essa ideologia sobre cada cidadão, que inclui o culto a Kim Il Sung e a seu filho Kim Jong Il, o atual presidente. Todas as religiões contrárias a esta ideologia são proibidas.

A perseguição aos cristãos foi intensa durante o período de dominação japonesa, especialmente devido à pressão exercida pelos dominadores para a adoção do Xintoísmo como religião nacional. Desde a instalação do regime comunista, a perseguição tem assumido várias formas. Em um primeiro momento, os cristãos que lutavam por liberdade política foram reprimidos. Depois, o governo tentou obter o apoio cristão ao regime, mas como não obteve êxito em sua tentativa, acabou por iniciar um esforço sistemático para exterminar o cristianismo do país. Edifícios onde funcionavam igrejas foram confiscados e líderes cristãos receberam voz de prisão.

Ao serem derrotados na Guerra da Coreia, soldados norte-coreanos em retirada freqüentemente massacravam cristãos com a finalidade de impedirem sua libertação. O governo norte-coreano exige o registro de todas as igrejas e de seus membros.

7.0 DITADURA COMUNISTA

7.1. “Democracia” Cubana

Na política, a democracia é valor inestimável. Submetê-la a quaisquer outras preferências significa violentar a dignidade alheia em favor dos gostos pessoais. Todo discurso que de algum modo expresse tolerância para com o totalitarismo, ainda que esse totalitarismo contenha em si mesmo algum outro valor pelo qual se tenha apreço, significa abandono dos ideais democráticos e desabilita aquele que o profere de voltar a abraçá-los mais adiante. Quando isso acontece - e acontece freqüentemente - impõe-se desmascarar a farsa. Tal desapego pela democracia pode ser observado na ilha de Cuba, país que está a mais de quatro décadas sob o regime de Fidel Castro.

Fidel Alejandro Castro Ruz formou-se em direito na Universidade de Havana, militou ativamente e liderou a revolução que derrubou do poder o ditador Fulgencio Batista. Com a queda de Batista e a ascensão de Fidel Castro, emerge do discurso do novo líder promessas de uma Cuba socialista, um novo regime de esquerda que diminuiria as desigualdades sociais, que daria comida, trabalho, educação e saúde para toda a população, sendo tudo orquestrado e vigiado pelas vias democráticas.

Durante a Guerra Fria, Cuba viveu os seus tempos áureos – um país socialista que progrediu mesmo em plena ascensão do Capitalismo neoliberal – financiada pela antiga URSS. Com o desmanche desta última, Cuba entrou em um declínio econômico, deste modo os ideais democratas foram deixados à margem do regime castrista e em seus lugares concretizou-se uma ditadura. Atualmente Fidel caracteriza o regime cubano como sendo Comunista. É necessário admitir que Cuba tenha seus pontos positivos:

- Ótimos serviços médicos e no campo da saúde em geral;
- Grandes investimentos no setor esportivo;
- Índices de analfabetismo chega a quase 0%

Porém os seus pontos negativos ofuscam os positivos:

- Enriquecimento da elite governamental
- Educação tendenciosa visando moldar as mentes
- Meios de comunicação controlados pelo Estado
- Repressão política
- Censura à liberdade de expressão
- Prisões realizadas de forma autoritárias e injustas
- Péssima qualidade dos produtos alimentícios e de sua distribuição
- Rede urbana obsoleta.

Para ressaltar alguns pontos onde a democracia cubana é falha, nada melhor do que o ponto de vista do próprio cidadão cubano:

“A imagem da Revolução Cubana e de seu sistema educacional, principal via de trabalho político e ideológico, é a de um velho balbuciante, agitando tontamente uma bandeirinha de papel; a deterioração de ambos caminha lado a lado.

Durante 30 anos fiz parte do sistema de educação cubano, desde o nível sala de aula de província; fui partícipe de todo o processo de transformações da educação cubana, primeiro como aluno e depois como pedagogo, até o ano de 2003, quando estive nessa atividade. Tenho quase todos os elementos de como funciona a educação em Cuba.

O sistema de Educação e o sistema de Saúde foram, desde o primeiro momento, as atividades de valor social que a Revolução triunfante priorizou. Ao mesmo tempo em que fazem o povo ver as boas intenções da Revolução, as utilizam como uma via para começar o regime doutrinário de uma nova ideologia.

Em Cuba, o primeiro passo foi nacionalizar o sistema educacional. Imediatamente passou a ser propriedade do Estado, criaram-se escolas, centenas de escolas, entre elas os quartéis do antigo

Exército de Batista, como mostra do futuro de paz e de tranqüilidade que a Revolução prometia. Nosso ingênuo povo não se deu conta de como se criavam também milhares de prisões para reprimir qualquer tentativa contra o novo regime. Jovens das cidades orientais de Cuba foram arrancadas de sua terra natal e trazidas para Havana, com base em um Plano do governo para serem educadas em ofícios. Muitas dessas demoraram muitos, muitos anos para voltar a ver seus pais,

outras não os viram jamais. Em 1969 começou a via crucis da juventude cubana, com a inauguração das primeiras Escolas Secundárias Básicas

no Campo (ESBEC) e, posteriormente, os Institutos Pré-Universitários no Campo (IPUEC).

É bom dizer, para conhecimento das pessoas que não tiveram contato com aquilo, que as crianças ingressavam nas ESBEC com 11, 12 anos! Com essa idade eram separadas de suas famílias.

As crianças chegavam à escola com certa motivação e alegria. O regresso à Escola no Campo era aceito em princípio por eles como uma aventurinha. Quando passavam alguns dias, poucos dias, a aventurinha começava a tornar-se pesada. Geralmente as crianças maiores, mais fortes e os de atitudes mais negativas, provenientes de famílias com grandes problemas sociais, eram colocados como chefes de albergues que chegavam a funcionar como verdadeiras galeras de prisões, aplicando castigos às demais crianças como formá-los, parados em atenção até altas horas da madrugada, golpes, limpeza de banheiros e centenas de castigos mais.

Às 22:00 horas era oficialmente a hora de dormir, porém, nessa hora começava a funcionar um sub-mundo de abusos, roubos, agressões entre eles mesmos, que a 35 anos de implantado esse sistema educacional, chegou ao extremo de cobrar dezenas de vidas desses meninos em mãos de seus próprios companheiros, mas também por acidentes de caminhões e carretas nos quais se transportavam ao campo, quedas dos alpendres dos edifícios enquanto se transferiam para os albergues femininos em busca de relações sexuais ou simplesmente para ver suas companheiras nuas, afogados em rios e apreendidos próximas à escola, etc. Professores ou outro pessoal da segurança sem a adequada preparação que faziam atrocidades, e que eram elementos ativos do processo de corrupção que se desenvolvia nas escolas; onde a promiscuidade sexual era horrenda e a decomposição moral imensa.

O governo de Castro, muito ironicamente, reconhece na Constituição que a família é o núcleo fundamental da sociedade e onde se gestam as primeiras e mais importantes influências educacionais das crianças. Só que parece que a vida infantil termina aos 11 anos de idade. Essas são, em linhas gerais, as características do programa insigne da educação cubana que, poderíamos dizer, desde o ponto de vista material, esse era o meio onde se desenvolviam as crianças “. MARTINEZ, Jay, op.cit.¹

É um fato de que a ilha de Cuba é um ponto que oferece limites à democracia.

Um país onde o povo vive na companhia de ratos e baratas. Onde papel higiênico é um artigo de luxo. Um país onde o sistema eleitoral é uma fraude, apenas um alibi, para que o governo diga que está praticando a democracia – em um país uni

¹ Jay Martinez foi professor, trabalhou como diretor de escola superior em Cuba, por 30 anos, é um exilado cubano residente em Porto Rico que saiu de Cuba no ano de 2004.



partidário. Onde a população passa fome enquanto seu Chefe de Estado – leia-se ditador – passeia em comboios de BMW degustando o seu vinho francês e observando em sua conta de algum banco suíço, sua pilhagem de US\$ 550 milhões de dólares, acumulada ao longo de quatro décadas. Um país que se encontra nessas condições disponibiliza através da política autoritária, os campos do econômico, do jurídico, do cultural. Fenômeno que é justamente característico do Totalitarismo.

Porém, através de certos olhares, Fidel Castro cumpriu sim os princípios do Comunismo; não existem desigualdades na sociedade cubana: todos vivem assolados pela mesma miséria.

8.0 IMPOSIÇÃO DA DEMOCRACIA NO MUNDO

8.1. O Iraque

Os Estados Unidos queriam impor a democracia no Iraque e fracassaram. O que quer dizer o "queriam" ou o "impor" a "democracia"? . Quando o EUA percebeu que não o conseguia por meios pacíficos e com a ajuda de todos os membros do conselho de segurança da ONU, recorreu à guerra, surgindo assim, o argumento da democracia: nenhum presidente dos Estados Unidos faz uma guerra sem dizer aos norte-americanos que o uso da força militar vai beneficiar a promoção dos valores democráticos. Na história do ocidente, as guerras têm sido justificadas em nome da segurança ou dos valores, e nunca em nome dos interesses nacionais, por mais importantes que estes sejam. Depois, tendo em conta a radicalização dos debates sobre a guerra, a maioria dos que a defenderam, evocaram o argumento da democracia para legitimar a sua posição.

Todavia, os mais sensatos sempre souberam que não seria possível simplesmente construir uma "democracia ocidental" no Iraque. Os Estados Unidos nunca tentaram "impor" a democracia por duas razões muito simples: uma sensata e a outra idealista. Por um lado, sabe muito bem que a democracia não se impõe. Pode-se derrubar uma ditadura, e isso fizeram, mas depois, a construção de uma "democracia" (no sentido mais lato do termo) compete às forças políticas locais. Mesmo no Japão e na Alemanha, após 1945, os maiores casos de "promoção de democracia" aconteceram. Por exemplo, sem democracia cristã e sem social-democracia, por mais tropas americanas que estivessem na Alemanha, não teria havido democracia alemã.

As principais figuras da administração americana, a começar pelo presidente Bush, acreditaram que após a derrubada de Saddam Hussein, os iraquianos na generalidade desejariam construir um regime democrático. Foi aqui que se enganaram, e o engano foi profundo. Mas, equivocaram-se devido a boas razões: acreditavam que, no essencial, não há diferenças entre europeus e árabes ou entre

cristãos e muçulmanos.

Em primeiro lugar, o princípio da universalidade da democracia será questionado, o que irá afetar os pressupostos das políticas externas ocidentais desde as intervenções militares até as políticas de aliança e, passando pelas políticas de cooperação e ajuda ao desenvolvimento.

A promoção da democracia no mundo - pedra angular da atual doutrina neoconservadora estadunidense - transformou-se em prioridade absoluta para a política externa do presidente George W. Bush. As bases conceituais desta política estariam calcadas nas idéias esposadas por Woodrow Wilson e Leo Strauss. Acreditava-se piamente na missão de difundir pelo mundo os valores democráticos e que tornavam os Estados Unidos uma nação de características excepcionais. Insistia-se na necessidade de assumir posições mais radicais a serviço dos valores democráticos, isto incluía a noção de “mudança de regime” como modo de livrar-se de governos de distinta natureza. Para Wilson e Strauss, entretanto, os EUA estavam destinados a ter um papel determinante na difusão da democracia em nível mundial.

George W. Bush, totalmente convencido do papel que a providência divina lhe outorgou, acolheu a filosofia política neoconservadora na missão sagrada de projetar os valores da “nova Jerusalém” sobre os quatro pontos cardeais.

O que fazer com aquelas culturas islâmicas ou confucianas que enfatizam a solidariedade e a coesão grupal acima da liberdade individual? Culturas milenares visualizam as idéias liberais ocidentais como extremamente estranhas perigosas e agressivas, em que o princípio da autoridade muitas vezes se identifica com a figura do “pater famílias” e onde a obediência social se assenta basicamente na tradição. O Iraque é um bom exemplo de como na busca da democracia se pode cair na violência, no caos social e no risco do desmembramento estatal. Como garantir que a democracia traga consigo regimes que estejam de acordo com os desejos dos norte-americanos. É impossível predizer para onde conduzirá esse tortuoso caminho. O presidente da Rússia, Vladimir Putin, foi criticado frequentemente pelos Estados Unidos por suas tendências autoritárias; entretanto, isto parece satisfazer as exigências dos cidadãos russos na busca de um grau maior de ordem em seu país

8.2. Estranha maneira essa de conceber a democracia

O Tribunal Internacional de Justiça, não pode conceber a criação de uma regra inovadora que autorize uma intervenção de um estado contra outro em virtude de este ter optado por uma ideologia ou por um sistema político particular. O único acolhimento que o direito internacional faz da democracia como regime político de um estado é como expressão do direito inalienável dos povos à autodeterminação. Neste sentido, a imposição da democracia pela força não é outra coisa senão uma clara violação do direito de autodeterminação dos povos. Como um país estrangeiro pode impor a redemocratização de outro país soberano, e até que ponto existe legitimidade neste processo?

Vamos tentar compreender em que medida uma democracia implantada por uma ocupação externa encontra legitimidade popular no Iraque. Para o governo dos Estados Unidos, “o conceito de oposição leal é inerente a qualquer democracia”. Significa que todos os lados no debate político — por mais profundas que sejam as diferenças — partilham os valores democráticos fundamentais de liberdade de expressão e religiosa e de proteção. Infelizmente não é esta a prática que assistimos na convocação da assembléia constituinte no Iraque. Da parte dos que se dobraram aos americanos, os sinais são claros de que só serão tolerados no processo políticos aqueles que aceitaram a ocupação americana. Todos os que se colocaram contra, foram banidos e continuarão fora da vida pública.

George Bush, que se diz empenhado em “levar a democracia para o Iraque” como se esse cidadão ou mesmo esse país – os Estados Unidos – pudesse ensinar democracia para quem quer que seja em algum país do mundo. Foram, sim, campeões de golpes de estados e massacres perpetrados por ditadores em vários países, que levaram à morte milhões de pessoas, sejam na Ásia ou na África e mesmo na América latina.

No Brasil, por exemplo, vivemos uma ditadura de 20 anos, e nem por isso foi preciso que os EUA viessem-nos “ajudar” a redemocratizar nosso país. Muito pelo contrário. Em 20 anos, a ditadura teve total apoio do governo norte americano.

Graças a uma pressão muito forte oriunda de um poder constituinte originário material, se tornou impossível para os militares não realizar uma transição constitucional. Ninguém pode garantir que isto aconteceria no Iraque, mas agora também nunca iremos saber se a soberania, principalmente, do povo iraquiano, já foi usurpada.

Deveria ter sido feito um plebiscito desde o começo para que o povo escolhesse sua forma de governo. Este é um direito sagrado da soberania de um povo e de uma nação: poder escolher livremente seus rumos. O processo de democratização do Iraque não apresenta legitimidade, mesmo tendo havido eleições diretas para uma assembléia constituinte; pois o povo foi tolhido do seu direito soberano de optar pela democracia como sistema de governo legítimo, e conseqüentemente de poder traçar os rumos de sua pátria. Fica compreendido que não existe qualquer legitimidade em uma democracia imposta por outro país estrangeiro. Simplesmente, porque 'imposição' não pode se harmonizar com 'democracia'.

8.3. A Tradição Cultural

O sucesso da democracia norte-americana devia-se também a uma razão de fundo cultural. Os ingleses que para lá foram povoar o novo mundo estavam acostumados "a tomar parte nos negócios públicos". Traziam na sua bagagem um respeitável acervo de liberdades - para eles, a liberdade não era tanto algo a ser conquistado, mas sim a ser preservado. Pode-se até inferir que a revolução de 1776 foi um movimento popular de legítima defesa, visto que para os colonos americanos o rei, com os seus decretos e leis repressivas, é quem estava lhes usurpando as liberdades. A democracia não é, nos Estados Unidos, um regime de governo, ela é uma forma social de vida. Como se todos norte-americanos acreditassem que a democracia deles é a melhor e que, então, estariam dizendo que valeria a pena para o mundo experimentá-la. Alguns norte-americanos advogariam isso pela persuasão,



outros, pela força, como modo de vida social. De fato, os norte-americanos são os únicos que possuem democracia. Em todos os outros lugares do mundo onde há democracia, ela é mais um regime de governo do que uma forma social de vida.

Nos Estados Unidos, ela é a forma de vida da nação, de modo que se a democracia desaparecer, desaparece tudo que conhecemos como “América”. Os EUA ao romperem com a mãe Inglaterra de forma violenta nasceram de forma dura. Quiseram se livrar do que era a vida européia. Então, tiveram de criar tudo que criaram. Assim, a teia democrática foi tecida junto com a teia social, no cotidiano da construção da nação. Pode ser que vários norte-americanos não percebam como a democracia em seu país foi feita de um modo diferente.

Eles acreditam que só é democracia aquilo que eles construíram como vida social. Estão errados, de um ponto de vista. Mas estão certos quando insistem que a experiência democrática norte-americana é intrínseca à “América”. Onde é que estariam as falhas da democracia americana? Os problemas gerais se encontram exatamente no que foi levantado por Marx: pode a democracia conviver com o capitalismo ou ele é o coveiro desse modo de vida? A resposta de Marx para tal questão foi simples: a democracia que vive é a “democracia burguesa”, e deve ser ampliada de modo a se auto-superar dialeticamente, pois caso contrário ela mesma irá desaparecer levando consigo toda a civilização. Pois o capitalismo não é mais amigo da democracia, é seu inimigo mortal; mas ele próprio pode gerar a destruição de tudo e levar à barbárie. A “democracia burguesa” deve vir abaixo em favor da “ditadura do proletariado”, uma vez que a “democracia burguesa” é, na verdade, a “ditadura da burguesia”. A “ditadura do proletariado” é um passo para abolição das classes sociais e, então, a abertura para a democracia verdadeira – a realização na terra do melhor conceito de democracia, o comunismo.

9.0 UM EXEMPLO DEMOCRÁTICO

9.1. União Européia

A União Européia foi criada com o objetivo de pôr termo às freqüentes guerras sangrentas entre os países vizinhos, que culminaram com a Segunda Guerra Mundial. A partir de 1951, a comunidade Européia do Carvão e do Aço, começa a unir econômica e politicamente os países europeus tendo em vista assegurar uma paz duradoura. Em um discurso proferido em Zurique, após o fim da Segunda Guerra, Winston Churchill - antigo Primeiro Ministro Britânico - propõe a criação de “uma espécie de Estados Unidos da Europa”.

Em 1949, é fundado o conselho da Europa por dez países que se comprometem a promover os ideais europeus e motivar a consciência de uma identidade européia comum. Assim, em 09 de maio de 1950, foi dado um primeiro passo através de um apelo a todos os povos da Europa para colaborarem na construção da Comunidade Européia. Por esta razão, o dia da Europa é comemorado nesta data.

Cronologia de Formação:

Em 1951 é oficialmente fundada a Comunidade Européia do Carvão e do Aço. Os seus países fundadores são seis: Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos. Pela primeira vez, transferem parte da sua soberania para uma autoridade européia. Está criada a Comunidade Econômica Européia.

Em 1973, o Reino Unido, Dinamarca e Irlanda aderem ao bloco. Na seqüência, em outubro de 1973, ocorre o rápido conflito entre Israel e os países árabes, a Europa debate-se com a crise energética e econômica e os países membros da CEE investem pesadas somas financeiras para geração de empregos e de infra-estrutura. Os governos decidem limitar as variações das taxas de câmbio entre as moedas, para mantê-las flexíveis em relação ao dólar, sistema conhecido como “serpente”, e que viria a ser substituído mais tarde pelo Sistema Monetário Europeu, que tem por objetivo criar uma zona de estabilidade econômica dentro da Comunidade.

Em 1981, a Grécia torna-se o décimo membro, seguido por Portugal e Espanha. Os acordos para a eliminação de barreiras entre os países que vinham sendo discutidos começam a ganhar corpo e prevêm que “as fronteiras internas podem ser

atravessadas sem quaisquer controles sobre as pessoas”.

Em 1985 Áustria, Finlândia e Suécia aderem ao bloco.

Em 1989 é decidido também dar uma dimensão social ao bloco, através da adoção da “Carta Comunitária dos Direitos Sociais e Fundamentais dos Trabalhadores”.

Em 1993 é finalizado o acordo para criação da moeda única: o Euro, que passará a circular oficialmente em 1999. A Inglaterra não adere ao Euro.

Com a queda do muro de Berlim (1989) e o fim da União Soviética (1991) - países do bloco comunista - República Checa, Polônia, Estônia, Lituânia, Eslováquia, Hungria, Romênia, Bulgária e Eslovênia são admitidos em 2004 na UE. Também em 2004, Chipre e Malta tornam-se membros da comunidade. Uma constituição única para todos os países é rejeitada pela França e Holanda.

Em 2006 a Turquia formaliza pedido para ingressar no bloco e assim as diferenças culturais e sociais entre europeus e árabes vem à tona. Desde então, as discussões sobre este tema têm espalhado a discórdia nos líderes e na opinião pública da comunidade europeia.

9.2. A União Europeia e a Turquia

A respeito desse assunto o primeiro tópico a se refletir são os interesses turcos nesta adesão. Afinal, não resta dúvida que a entrada da Turquia na Comunidade Europeia será, no máximo, tolerada, e que os turcos são, portanto, convidados indesejados. Então por que os turcos insistem em sua candidatura, mesmo sabendo que boa parte da Europa não concorda com a idéia?

Parece evidente que as elites turcas avaliam a entrada na UE a partir de seus interesses concretos. Pertencer a UE é fazer parte de um dos mais bem sucedidos processos de integração de sociedades e economias das últimas décadas. Do mesmo modo, a adesão significaria um reforço de importância no secularismo turco. Portanto, a busca da Turquia por fazer parte da UE não é um caso de miopia de líderes querendo algo impossível, mas uma análise ponderada de benefícios e perdas,

sendo que parecem acreditar que as primeiras superam as segundas.

Para a Europa, aceitar a Turquia é extremamente complicado. Realmente, para a UE seria muito mais conveniente que a Turquia e outros países muçulmanos da bacia do Mediterrâneo aceitassem fazer parte de uma união diagonal com a Europa, o que criaria um espaço econômico comum e uma área de influencia europeia sem que estes países participassem efetivamente das decisões do núcleo de poder europeu. A Turquia não aceita esta decisão, pois seus pedidos estão sendo vetados, ora pela Grécia, por problemas de conflitos de fronteiras, ora pela Alemanha.

Os outros membros da comunidade lamentam os vetos, mas na verdade se sentem aliviados. Mas à medida que as relações entre gregos e turcos melhoram e a UE abre os braços para membros do leste europeu (deixando os turcos indignados), torna-se difícil continuar a adiar uma resposta positiva ou não a Turquia.

No campo geográfico, a Turquia é um país essencialmente asiático, longe da história europeia, mas sempre teve um pé na Europa. Economicamente ainda é subdesenvolvida, mas igualmente o são: Chipre, Letônia ou Eslováquia.

No campo político, seu histórico de direitos humanos (especialmente no que se refere às mulheres e as minorias étnicas, como os curdos) é realmente negativo e seu sistema político ainda é dominado pelos militares. Mas a Turquia é o país mais ocidentalizado do Oriente Médio e sua entrada na UE poderia acelerar o processo democrático e sua transformação.

Na demografia os turcos trariam a sua vasta população à Europa, ajudando a aliviar a crescente redução do número de europeus. Os turcos são culturalmente diferentes dos europeus e seria um pesadelo para muitos habitantes do velho continente ver dezenas de milhares de turcos se instalando em Paris, Londres ou outras cidades. Além disso, com a crescente taxa de crescimento da população turca, este seria o país mais populoso da UE em poucos anos, o que romperia com o equilíbrio dentro da Europa.

Por fim, a ativa política externa turca no Oriente Médio - que busca ampliar o espaço nas áreas de língua turca dentro da ex-União Soviética, isolar a Síria via aliança com Israel e se contrapor ao Irã - poderia levar a UE a se envolver em sérios

problemas geopolíticos em uma área instável do globo. No entanto, o seu poderoso exército seria um reforço importante na defesa da Europa.

O fato de os turcos não serem europeus e nem cristãos também tem pesado em desfavor das ambições turcas. A resistência europeia em absorver dezenas de não brancos está sendo mantida debaixo do tapete, mas ela é uma das chaves do problema, pois seja qual for a resposta dada aos turcos, a Europa terá de redefinir as suas fronteiras e ainda, definir qual a sua identidade, e quais os seus limites democráticos para esta ou aquela definição.

Se imaginarmos a Europa restrita a brancos e cristãos, nada impediria que Canadá, Argentina ou Costa Rica (países brancos cristãos) pedissem ingresso na UE. Hipótese remota, mas que demonstra como é complicada a definição de identidade e das fronteiras europeias dentro do sistema democrático, sem extrapolar os limites do mesmo.

Supondo que a democracia seja o melhor sistema político e que a decisão sobre a Turquia seja pautada nestes princípios, e ainda que, todo o planeta se torne democrático (o que é pouco provável, mas não impossível), todo mundo poderia ser parte da União Europeia. Nesse caso a Europa seria tudo, mas, ao mesmo tempo, não seria nada.

O mais provável é que na decisão europeia pese a geografia, que define a Europa entre os Urais e o Atlântico, a raça branca e religião cristã, regimes democráticos em lutas para definir seus próprios limites e tendo as outras áreas como zonas de influência europeia.

9.3. Sobre as fronteiras da Europa

“A questão dos limites institucionais e geográficos da União estão, portanto colocada e deve ser claramente debatida”.

Onde termina a Europa? Que fronteiras estabelecer para a União Europeia? No momento dos debates sobre a ampliação, essas questões

encontram-se no centro das preocupações da União. Porque além do aspecto geográfico e histórico, as fronteiras da Europa também possuem uma dimensão política e estratégica. De fato, a Europa, berço da modernização, pretende ser o encontro de um espaço e um projeto democrático sem limites.”VENDRINE, Hubert.

Será que a geografia e a história são suficientes para conceber as fronteiras finais da Europa? A Geografia clássica não o é exatamente. As fronteiras da Europa são conceitos que se movem, e sua determinação atende a projetos geopolíticos inscritos no tempo e estratégias. A invenção dos Montes Urais pelos cartógrafos do Czar Pedro, o Grande da Rússia, objetivava inscrever a Moscóvia na modernidade Européia. Este limite ainda foi deslocado ao norte até os confins otomanos e persas para legitimar uma inclusão do Império russo no início do século XIX.

A história revela, com efeito, o jogo de “translações” do progresso: hoje, a União Européia é vista do exterior como o berço da modernização, o local do Renascimento ou de um período de Luzes, cujos avanços difundem-se do Oeste para o Leste (como no passado). Esse é, em parte, o desafio da adoção do ganho comunitário, que não se reduz à inscrição nas legislações nacionais de diretrizes, mas que acompanha uma verdadeira transição social e política, centrada em princípios democráticos que não apresentem em sua essência extrapolações ao limites da democracia.

Em razão deste e de outros problemas da democracia representativa e do atual grau de desenvolvimento, já é possível e deve ser feito um retorno à democracia direta, com consulta direta a população em relação às decisões mais importantes, até como forma de legitimá-las.

Referências Bibliográficas

ARENDDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BERTONHA, João Fábio. *A União Européia e A Turquia: uma nova identidade para a Europa*. In: Revista Eletrônica Espaço Acadêmico, v. 45, p.1, 2005.

HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEFORT, Claude. *A Lógica Totalitária*.

MERQUIOR, José Guilherme. *Da democracia entre os antigos e os modernos*. In: O Estado de São Paulo, em 25 de janeiro de 1981.

OLIVEIRA, Francisco de PAOLI, Maria Célia. *Os sentidos da Democracia*. Petrópolis: Vozes, 1999.

SOUZA, Marcos da Cunha. *O absolutismo e o progresso da guerra*. In: Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, número 88, ano 62, 2002.

- http://ec.europa.eu/europedirect/index_pt.htm
- http://pt.wikipedia.org/wiki/P%C3%A1gina_principal
- <http://www.midiasemmascara.org/>
- <http://www.priberam.pt/dlpo/dlpo.aspx>
- <http://www.nytimes.com/>
- <http://www.spiegel.de/>
- <http://www.granma.cu/portugues/index.html>